



Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional lei nº 4.839 de 1º de Outubro de 2003; Lei Complementar nº 5.514 de 06 de julho de 2006 e alterada pela Lei 7306 de 24 de outubro de 2012.

Ata da 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville do dia 31 de agosto de 2023

Ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três às oito horas e trinta minutos, teve início a terceira Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville nas dependências da UNISOCIESC - Campus Marquês de Olinda, sito a R. Gothard Kaesemodel, 833 – Anita Garibaldi, contando com o total de 205 participantes, com a palavra, a cerimonialista Marcia Lange que convidou os para apreciação e respeito à execução do Hino Nacional Brasileiro. Dando sequência a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville que tem como objetivo principal ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar e para garantir a todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville, os nossos trabalhos no dia de hoje estão relacionados ao lema “**Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade**” que segue as diretrizes do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A referida Conferência corresponde a etapa municipal preparatória para a 7ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina, que tem como objetivo geral “Fortalecer os compromissos políticos com a Democracia, com a erradicação da fome com Comida de Verdade e com o Direito Humano à Alimentação Adequada, por meio de sistemas alimentares justos, antirracistas, antipatriarcais, sustentáveis, promotores de saúde e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”. Para organizar as discussões durante a conferência, debateu-se 3 eixos temáticos: Eixo I = Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e segurança Alimentar e Nutricional; Eixo II = Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas Garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada; Eixo III = Democracia e Participação Social. A participação nesta conferência e a escolha de participação no eixo temático foram feitas por meio de inscrição via formulário online tendo também a possibilidade de inscrição no momento do evento. Passando a palavra à Secretária de Assistência Social da Prefeitura de Joinville e Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan, Sra. Fabiana Ramos da Cruz Cardozo, agradeceu o convite e a presença de todos no evento. Logo após foi feita a leitura do Decreto Nº 56.162, de 17 de agosto de 2023 - que nomeia membros para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/COMSEAN – Gestão 2023/2025. Neste momento foram declarados empossados os representantes da sociedade civil organizada e os representantes do Poder público para constituir o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Gestão 2023-2025, conforme segue, na ordem

de titulares e respectivos suplentes: **I- do Poder Público Municipal:** Secretaria de Assistência Social - Titular: Patricia Girardi e Suplente: Cristiana Linhares Petry; Secretaria de Educação - Titular 1: Carolina Medeiros Fonseca Haddad Baruki e Suplente 1: Luciene Viana Nunes, Titular 2: Luciane Hirt Rosa e Suplente 2: Taciana Machado dos Santos Duarte; Secretaria da Saúde - Titular: Graziela Alessandra Klein de Sousa e Suplente: Luciana Ruviaro; Secretaria de Administração e Planejamento - Titular: Simone Rieper Ferreira e Suplente: Jessamini Corrêa de Souza; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - Titular: Márcia Luciane Lange Silveira e Suplente: Sirley do Carmo Lehmkuhl Goedert; **II- de entidades não-governamentais:** Representante da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviço na área de Segurança Alimentar e Nutricional: Serviço Social do Comércio – SESC – Programa Mesa Brasil Titular: Amanda de Bittencourt e Suplente: Marília Pinheiro Amaral Zanettin; Representante de Entidade/Instituição Beneficiária Receptora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais – AJIDEVI Titular: Márcia Espíndola Fermiano e Suplente: Vilson Schulze; Representante do Conselho Regional de Nutricionistas de Santa Catarina: Conselho Regional de Nutricionistas – 10ª Região Titular: Alexandra Marlene Hansen e Suplente: Ana Carina Exterkoetter; Representante Instituição/Associação de Segurança Alimentar e Nutricional: Associação de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville – ASANJ Titular: Vitória Alves Ribeiro e Suplente: Siane Bastian Oliveira; Representante de Entidade / Instituição de Defesa dos Direitos Humanos: Associação Diocesana de Promoção Social - ADIPRÓS Titular: Onildo Justino da Rosa Júnior e Suplente: Eunice Gonçalves; Representantes de Entidades/Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa: 1) Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Titular: Silmara Salette de Barros Silva Mastroeni e Suplente: Michele Cristina Formolo Garcia, 2) Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Joinville Titular: Renata Carvalho de Oliveira e Suplente: Gabriella Beltiol Feltrim; Representantes de Movimentos Sociais/Povos e Comunidades Tradicionais/ Agricultores Agroecológicos: 1) Associação dos Celíacos de Joinville – ACELBRA Titular: Heloisa Bade e Suplente: Anelise Nering; 2) Núcleo Valle Itapocú de Agroecologia Titular: Otanir Mattiola e Suplente: Narciso Correa Palma; Representantes de Entidades/Instituições com atuação na área de Segurança Alimentar e Nutricional: 1) Sociedade Espírita de Joinville Titular: Berenice da Costa Pereira da Silva e Suplente: Évala Aparecida R.S. Almeida, 2) Associação Educacional Luterana – BOM JESUS/IELUSC Titular: Nathalia Jahn e Suplente: Beatriz Granza de Mello, 3) Centro de Direitos Humanos – CDH Titular: Valdete Daufemback e Suplente: Lizandra Carpes da Silveira. Após este momento a Sra. Heloisa Bade declarou aberta a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville. Dando sequência às atividades desta conferência, a Srta. Patrícia Girardi, coordenadora da área de Segurança Alimentar e Nutricional de nosso município e secretária do COMSEAN realizou a leitura do Regimento Geral da 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville. A única alteração proposta em plenária, pela participante Edina Acordi foi em relação ao **CAPÍTULO VII Artigo 17º** que em sua nova configuração permitiu que *“Na plenária final possam ser realizadas alterações das propostas se julgadas necessárias”*, Regimento Geral aprovado pela plenária sem mais modificações. A cerimonialista Sra. Márcia Lange convidou, para fazer uso da palavra, o Sr. Arthur Rancatti, cofundador da Rastro Sustentabilidade, uma empresa de consultoria em ESG e

educação, signatária do movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, coordenador do Joinville Lixo Zero, que em dois mil e vinte e dois coordenou a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina, e atualmente é assessor parlamentar do deputado estadual Marquito, tendo a temática de gestão de resíduos, segurança alimentar e nutricional e empreendedorismo regenerativo como pauta. O Sr. Arthur fez uma apresentação sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, apresentando o seu principal objetivo: promover a segurança alimentar e garantir alimentação de forma adequada. Após sua apresentação, foi realizado intervalo. Às 10h30 a Sra. Heloisa Bade, presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville convidou os representantes da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN para ocuparem seus lugares no palco para dar início ao Painel - Ações para erradicação da fome e garantia de direitos em Joinville: avanços e desafios. A Sra. Fabiana Ramos da Cruz Cardozo Secretária Municipal de Assistência Social, Sra Márcia Schneider coordenadora da Secretaria de Educação, Sra. Marlene Bonow de Oliveira, Diretora de Assistência à Saúde da Secretaria de Saúde, Sr. Luiz Carlos Moreira da Maia, Diretor da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, a Sra. Juliana Poffo, representante da Secretaria de Administração e Planejamento. Os referidos representantes municipais apresentaram seus projetos junto às respectivas secretarias e ações a serem implementadas no sentido de garantir a erradicação da fome em Joinville. Após a apresentação do referido Painel, a Srta. Patrícia Girardi informou que foram realizadas 24 Conferências Livres em nosso município, por meio de parcerias entre COMSEAM, Comunidade Quilombola Caminho Curto, Comunidade Quilombola Ribeirão do Cubatão, Comunidade Indígena e CRAS Pirabeiraba, Migrantes em parceria com a instituição de ensino Católica e com a Coordenação de políticas para Mulheres e direitos Humanos, População em situação de rua em parceria com o Centro POP, Usuários do Restaurante Popular I e II em parceria com a SANJI, pessoas com deficiência na ADEJI, em parceria com a Coordenação de políticas para Mulheres e direitos Humanos. Após este momento, o sr. Robson Richard Duvoisin, gerente de Unidade de Cidadania e Direitos Humanos fez um agradecimento público aos servidores da Unidade de Apoio aos Conselhos, que organizaram a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar junto com os conselheiros do COMSEAN. Às 12h15 foi finalizada as atividades do período matutino. Às 13h30 foi dado início às atividades do período vespertino desta Conferência. Os participantes foram encaminhados às salas dos respectivos grupos de trabalho, dos eixos temáticos selecionados em sua inscrição. O grupo de trabalho responsável pelo Eixo 1 – Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, coordenado pela Sra. Mariana Falcão Duprat teve 22 (vinte e duas) pessoas participando de seu debate. O Eixo 2 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas Garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada, coordenado pela Sta. Patrícia Girardi, contou com 64 (sessenta e quatro) presentes e o Eixo 3 – Democracia e Participação Social, coordenado por Luciana Ruviano, registrou a presença de 13 (treze) pessoas. Os grupos de trabalho realizaram suas ações até as 17h20, tendo um intervalo às 15h50. Assim que finalizada as atividades dos grupos de trabalho foi promovida a Plenária Final. Sta. Patricia Girardi, fez a apresentação das propostas elaboradas pelos grupos de trabalho, respeitando a ordem dos eixos temáticos. **Eixo I = Determinantes**

Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional que teve como Coordenadora, Sra. Mariana Falcão Duprat, apresentou as seguintes propostas destinadas direcionadas ao Município: 1. Criar política de incentivo fiscal às empresas e parques industriais para criar estruturas de suporte aos serviços básicos como implementação de CEI's dentro ou próximo das empresas com horários alternativos compatíveis com a jornada de trabalho dos pais; 2. Garantir o acesso a vaga em creches para todas as crianças a partir de 4 meses de vida; 3. Implementar mais linhas e horários de transporte público; 4. Criar a meia passagem para estudantes; 5. Criar mercados populares; 6. Realizar adequada gestão de resíduos no município com compostagem de resíduos orgânicos e destinação dos recicláveis para cooperativas de recicladores; 7. Revitalizar e operacionalizar o Banco de Alimentos dentro do CEASA (REVER); 8. Acompanhar e apoiar as famílias com ações multidisciplinares abrangendo aspectos de educação ambiental, financeira, nutricional e criação consciente; As Propostas destinadas ao Estado foram: 1. Criar políticas de ações afirmativas para contratação de povos indígenas e originários no sistema privado (exemplo de referência: cotas para PCD); 2. Criar políticas de ações afirmativas para povos indígenas, originários e negros no Programa Universidade Gratuita do Governo Estadual; 3. Demarcar terras indígenas e liberação para cultivo; 4. Financiar cultura e políticas semelhantes ao PAA para povos indígenas e originários; e, as Propostas destinadas à União: 1. Criar Incentivo fiscal para empresas que oferecerem escola e creche para seus funcionários; 2. Disponibilizar recursos para o acesso a vaga em creches para todas as crianças a partir de 4 meses de vida; 3. Ampliar a licença maternidade por pelo menos 1 ano e/ou redução da carga horária para atenção à criança até a alfabetização; 4. Reduzir a taxa de impostos para alimentos orgânicos, agroecológicos, *in natura* e minimamente processados; 5. Repassar verbas para ações de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios.

Sta. Patricia Girardi continuou com a apresentação das propostas dos eixos temáticos. O **Eixo II = Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas Garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada, foi coordenado pela mesma e indicou as referidas propostas destinadas ao Município**: 1. Criar as Secretarias Municipal e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com previsão orçamentária, desvinculando administrativamente o SISAN do SUAS e promovendo a efetiva articulação e mediação entre as demais políticas; 2. Destinar recursos permanentes para operacionalização do PAA; 3. Atualizar a legislação municipal de SAN para inclusão de todas as Secretarias do município na CAISAN (com participação dos gestores e técnicos) e no COMSEAN; 4. Garantir o acesso às refeições e alimentos *in natura*, por meio da implantação de cozinhas comunitárias e/ou descentralização dos Restaurantes Populares, e hortas comunitárias nos demais territórios que apresentam insegurança alimentar e nutricional, outras vulnerabilidades e risco social; 5. Realizar o diagnóstico de SAN no município com ampla divulgação e monitoramento contínuo dos resultados; 6. Iniciar a operacionalização do Banco de Alimentos no município até o final de 2023; 7. Criar um Programa, por meio de Lei/Decreto, para a produção de alimentos no município, garantindo previsibilidade de compra e venda, e educação continuada aos agricultores e comunidades e povos tradicionais e à população geral, fortalecendo assim a agricultura familiar, orgânica e de base agroecológica, promovendo a manutenção dos jovens no campo; 8. Criar programas e incentivos, mobilizando os serviços de alimentação públicos e privados a adquirirem os produtos da agricultura

familiar; 9. Efetivar e ampliar em todos os níveis da educação pública e privada com profissionais capacitados, a abordagem sobre o sistema alimentar e a EAN de forma prática, com fomento e implantação das hortas e pomares escolares; As Propostas destinadas ao Estado: 1. Normatizar, a nível federal e estadual, o funcionamento do SISAN e como deve ser sua interlocução com outras políticas, inclusive a adesão de instituições privadas ao SISAN; 2. Criar as Secretarias Municipal e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com previsão orçamentária, desvinculando administrativamente o SISAN do SUAS e promovendo a efetiva articulação e mediação entre as demais políticas; 3. Destinar recursos permanentes para operacionalização do PAA municipal, estadual e federal; 4. Incluir no currículo, em todos os níveis da educação, com profissionais capacitados, a disciplina que aborde o sistema alimentar e a EAN de forma prática, com fomento e incentivo às hortas escolares; e, as Propostas destinadas à União: 1. Normatizar, a nível federal e estadual, o funcionamento do SISAN e como deve ser sua interlocução com outras políticas, inclusive a adesão de instituições privadas ao SISAN; 2. Destinar recursos permanentes para operacionalização do PAA de forma contínua; 3. Incluir no currículo, em todos os níveis da educação, com profissionais capacitados, a disciplina que aborde o sistema alimentar e a EAN de forma prática, com fomento e incentivo às hortas escolares; 4. Garantir previsão orçamentária para execução e operacionalização de Programas, Equipamentos e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional; 5. Criar um Programa, por meio de Lei/Decreto, para a produção de alimentos, garantindo previsibilidade de compra e venda, e educação continuada aos agricultores e comunidades e povos tradicionais e à população geral, fortalecendo assim a agricultura familiar, orgânica e de base agroecológica, promovendo a manutenção dos jovens no campo. Foram apresentadas as propostas do **Eixo III = Democracia e Participação Social** coordenado pela Sra. Luciana Ruviaro, sendo as destinadas ao Município: 1. Instituir programa de formação permanente de Conselhos de Direito em horários e modalidades acessíveis à população; 2. Promover qualificação profissional aos servidores públicos quanto ao atendimento das especificidades das minorias na rede pública de forma descentralizada e universal; 3. Realizar reuniões descentralizadas do COMSEAN nos territórios e ampliar as discussões com a comunidade; 4. Viabilizar a participação popular nos Conselhos em horários que a população possa participar; 5. Elaborar diagnóstico social no município referente à vulnerabilidade social por meio da aplicação da escala EBIA, e dar voz à população por meio de audiências públicas e assembleias populares; 6. Sensibilizar regularmente acerca do tema Segurança Alimentar e Nutricional nas associações comunitárias, sociais, públicas e privadas; 7. Construir um Programa de Combate à fome e fluxo intersetorial em relação a casos de insegurança alimentar; 8. Criar um fórum digital sobre segurança alimentar e nutricional para a população; 9. Informar constantemente à população por meio dos serviços públicos e mídia os equipamentos de segurança alimentar disponíveis no município; 10. Desenvolver ações para os beneficiários dos programas para melhor investimento do recurso financeiro recebido, buscando a escolha por alimentos que promovam segurança alimentar; 11. Desburocratizar a comercialização da agricultura familiar, ampliando a distribuição para município, estado e união; 12. Incentivar a agricultura urbana por meio de hortas comunitárias; 13. Trabalhar em escolas de forma permanente e interdisciplinar no tema de segurança alimentar e nutricional; 14. Criar campanhas permanentes para publicizar o tema de segurança alimentar e nutricional; 15. Encerrar as atividades das

cantinas escolares do município que participam do PNAE devido a insegurança alimentar oriunda deste espaço; 16. Ampliar a fiscalização e o cumprimento da exigibilidade do DHAA no município especialmente em pessoas em situação de acolhimento ou internação (lares, abrigos, hospitais e sistema carcerário); Propostas destinadas ao Estado: 1- Viabilizar encontros de fóruns da sociedade civil no âmbito do estado; 2 - Implementar repasse fundo a fundo com regularidade em todos os Programas de Segurança Alimentar e Nutricional; 3 - Atualizar a legislação estadual com vistas a encerrar as atividades das cantinas escolares nas instituições públicas que participam do PNAE devido a insegurança alimentar oriunda deste espaço; 4 - Instituir programa de reconhecimentos das inspeções sanitárias possibilitando a ampliação da comercialização de alimentos da agricultura familiar em âmbito estadual e federal; 5 - Ampliar a fiscalização sobre segurança alimentar dentro das unidades prisionais e socioeducativas; Propostas destinadas à União: 1. Implementar repasse fundo a fundo com regularidade em todos os Programas de Segurança Alimentar e Nutricional; 2. Atualizar a legislação estadual com vistas a encerrar as atividades das cantinas escolares nas instituições públicas que participam do PNAE devido a insegurança alimentar oriunda deste espaço, além de garantir segurança alimentar e nutricional em todos os eventos realizados dentro do espaço escolar. 3. Instituir programa de reconhecimentos das inspeções sanitárias possibilitando a ampliação da comercialização de alimentos da agricultura familiar em âmbito estadual e federal; 4. Criação e ampliação de programas de combate à fome com regularidade de financiamento; 5. Oportunizar educação à população em situação de vulnerabilidade, objetivando a autonomia da obtenção de recursos financeiros e melhora da qualidade de vida. Após apresentação das propostas, Sra. Heloisa Bade realizou a leitura das moções: **Moção** Repúdio Destinada a Secretaria Municipal de Educação; **Moção** Repúdio Destinada a Secretaria de Assistência Social (2); **Moção** Repúdio Destinada a Secretaria de Assistência Social e Prefeitura Municipal de Joinville; **Moção** Recomendação a Prefeitura Municipal de Joinville e Câmara de Vereadores de Joinville; **Moção** Recomendação a Prefeitura Municipal de Joinville (2); **Moção** Recomendação a Prefeitura Municipal de Joinville, COMSEAN, SAP, SECULT; Em seguida iniciou a indicação dos candidatos para delegados representantes da Sociedade Civil Organizada e Poder Público. Eleitos os representantes da Sociedade Civil Organizada: **Daniel Verã Euzébio** representante de povos originários e comunidades tradicionais; **Edina Acordi**; **Elizabeth Maria de Barros**; representante da população idosa e usuária do SUAS; **Heidi Bublitz Schubert** representante Não Governamental do COMDI; **Heloisa Bade** representante Não Governamental do COMSEAN, Governamental: **Patricia Girardi** representante Governamental do COMSEAN; **Sebastião Nunes Amaral Neto** representante de trabalhador do SUAS; **Vanderli dos Santos Cipriano Vieira** representante de trabalhadora do SUAS. Após os representantes eleitos e os agradecimentos a presença de todos na 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville, a presidente do COMSEAN encerrou às 18h30 o referido evento.

